

Índios em pé-de-guerra contra decreto

DEMARCAÇÃO DE RESERVAS

Ronaldo Brasiense
Da equipe do Correio

Caiapós, macuxis, wapixanas, paracanãs, ticunas, cricatis, guajajaras, araras, arawetés, baniuas, curipacos, taurepangues e os demais 170 povos indígenas do país estão em pé-de-guerra contra o que consideram um saque anunciado às suas terras.

Na próxima quarta-feira, em Brasília, representantes de organizações indígenas de todo o País invadirão o Congresso Nacional para protestar contra o que consideram o maior retrocesso na questão indigenista do país em décadas.

O alvo número um dos 320 mil índios brasileiros é o ministro da Justiça, Nelson Jobim, que, com apenas uma canetada — a edição do Decreto 1.775/96, na semana passada —, alterou os critérios de demarcação das terras indígenas.

Flecha — A edição do decreto que introduziu o contraditório nas demarcações — qualquer pessoa que se julgar prejudicada pode recorrer à Justiça contra a demarcação da reserva — atingiu como uma flecha à política indigenista e a imagem do Brasil no exterior.

O decreto afeta os 20 mil índios ticunas, que vivem na fronteira do Brasil com a Colômbia nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant.

Sua reservas — ainda não registradas — são questionadas, sob alegação de questão de segurança nacional, pelas Forças Armadas.

Atinge também os dez mil índios macuxis e ingaricó que habitam a reserva Raposa/Serra do Sol, no norte de Roraima, que ainda não foi homologada por pressões políticas.

Caso seja homologada e registrada, a área Raposa/Serra do Sol dará aos índios mais de 50% do território do estado de Roraima.

Prejuízos — Os quatro mil índios cricatis, do Maranhão, que lutam há anos pela demarcação de sua reserva de 148 mil hectares, também foram prejudicados.

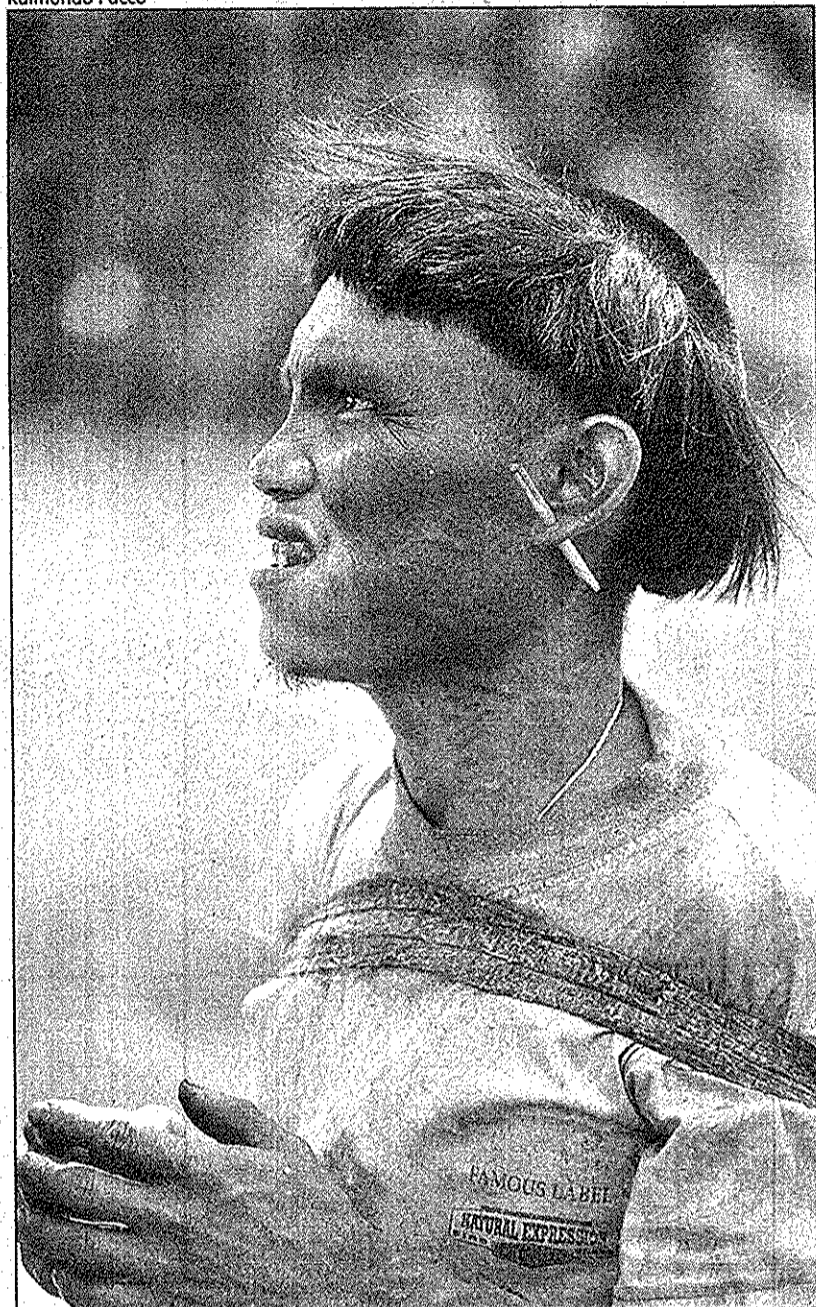
Centenas de posseiros e grileiros estão instalados em suas terras e não há qualquer perspectiva de solução a curto prazo.

Entidades indigenistas prevêem um acirramento dos conflitos envolvendo índios contra garimpeiros, posseiros e grileiros.

No total, mais de 50% do território indígena do país está ameaçado de revisão", denuncia Francisco Loebens, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Igreja Católica.

Os primeiros efeitos perversos do Decreto 1.775 foram conhecidos na sexta-feira, quando o advogado José Goulart Quirino, da Sattin S/A Agropecuária, entrou com ação em Brasília pedindo a anulação da reserva indígena Sete Cerros, no Mato Grosso, dos índios kaiowás.

Raimundo Paccó



Ianomâmi: terra foi homologada, mas agora é invadida por garimpeiros

Reserva ianomâmi é invadida

A reserva indígena ianomâmi, com 9,4 milhões de hectares, nos estados de Roraima e Amazonas, voltou a ser invadida por garimpeiros, que estão atuando nas proximidades da fronteira com a Venezuela, em áreas da Serra Parima.

Na semana passada, um garimpeiro brasileiro foi morto a tiros num choque com soldados da guarda nacional venezuelana, dentro da área indígena, em território brasileiro.

O sertanista Odenir Pinto de Oliveira, chefe do Departamento Indígena da Fundação Nacional do Índio (Funai), foi designado para comandar as operações de retirada dos garimpeiros.

Homologada durante o governo Fernando Collor, às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), a reserva ianomâmi passou por uma série de invasões na década de 80.

O governo chegou a gastar milhões de dólares para destruir mais de 100 pistas de pouso construídas clandestinamente no território indígena, na Operação Selva Livre, comandada pelo delegado Romeu Tuma, hoje senador por São Paulo.

Os dez mil ianomâmis que vivem em território brasileiro sofreram as consequências da invasão garimpeira. Em algumas aldeias, quase todos os índios contraíram malária. (RB)

EXTERIOR

Ambientalistas ficam irritados

As repercussões internacionais acerca do decreto 1.775 foram as piores possíveis, principalmente porque ele possibilitará a revisão de 344 das 554 reservas indígenas já identificadas ou demarcadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

O governo da Alemanha nega retaliações, como o corte de verbas para as demarcações de áreas indígenas, já liberadas para a Funai dentro do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais da Amazônia.

Mas os militantes ambientalistas na Europa e Estados Unidos ficaram irritados ao saber que mais de 60% de todas as áreas indígenas já demarcadas no Brasil, ainda não registra-

das em cartório, poderão ser revistas.

Mortes — Na quarta-feira passada, dois pescadores foram mortos a tiros numa emboscada armada por índios caiapós no rio Iriri, município de Altamira, Pará. Os caiapós integram a reserva Baú, uma das que estão sujeitas a serem revistas.

O decreto só favoreceu grileiros, latifundiários e madeireiros", critica o deputado Nilmário Miranda (PT-MG), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

O PT vai recorrer contra o decreto de Jobim na próxima semana, apresentado ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin).

Os deputados Gilney Viana (PT-MT) e Fernando Gabeira (PV-RJ) defendem a convocação do ministro Nelson Jobim para explicar o decreto no Congresso.

Viana quer tentar ainda uma solução drástica: um decreto legislativo para sepultar o decreto 1.775, de Jobim.

A aprovação de um decreto legislativo no Congresso, porém, revela-se impraticável. "O governo mantém um rolo compressor no Parlamento, que dificilmente derrubaria um decreto assinado pelo próprio presidente", pondera Francisco Loebens, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). (RB)

Causa ganha apoio de ONGs

Em todo o País, entidades ligadas à causa indígena protestam contra a edição do Decreto 1.775.

A pressão pela revogação do decreto será levada ao exterior, com denúncias contra o governo. Eis algumas das manifestações de protesto contra o decreto.

"A assinatura do Decreto 1.775 é mais do que um retrocesso: é uma condenação à morte de vários povos indígenas. É inacreditável que para impor a vontade das elites dominantes, o presidente Fernando

Henrique Cardoso não tenha escrúpulos de sobrepor à Constituição um decreto." (André da Cruz, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira).

"Fascinados por bens, lucros e riquezas existentes em nossas terras, nossos perseguidores ficam cegos e insensíveis à Justiça, desprovidos de qualquer escrúpulo, mentem para si próprios e tentam enganar a humanidade alegando estar promovendo a democracia."

(Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo — Apoinme).

"O presidente da República descumpra suas promessas de campanha em relação à política indigenista e demonstra total insensibilidade aos apelos das organizações indígenas e da sociedade civil organizada." (Antenor Kuritiana, vice-presidente da Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Norte do Mato Grosso e Sul do Amazonas).